
***Interpretar como? Em busca da informação
(geo)turística no Site do Parque Nacional do
Itatiaia***

***Interpret how? Looking for (geo)tourist information on
the Itatiaia National Park (Brazil) Website***

Diego Uliano Rocha

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro –
IFRJ, *Campus* Resende/RJ, Brasil.

E-mail: diego.uliano@hotmail.com

Ricardo Eustáquio Fonseca Filho

Professor da Universidade Federal do Delta Parnaíba – UFDPAr, Parnaíba/PI, Brasil.

E-mail: ricardo.fonseca@ufdpar.edu.br

Artigo recebido em: 11-09-2023

Artigo aprovado em: 24-05-2024

RESUMO

A geodiversidade é frequentemente ameaçada pela perda ou degradação resultantes das atividades humanas. Por meio do geoturismo, pode-se contribuir para a proteção e conservação desse patrimônio natural. Assim, o objetivo da pesquisa foi identificar informação qualificada dos atrativos do Parque Nacional de Itatiaia. Os métodos consideraram a pesquisa documental e a análise de conteúdo. A partir dos resultados obtidos, conclui-se que a unidade de conservação não oferece, neste sítio eletrônico, informações relevantes sobre a geodiversidade existente em sua circunscrição.

Palavras-chave: Unidade de Conservação. Geoturismo. Site. Interpretação Ambiental.

ABSTRACT

Geodiversity is often threatened by loss or degradation resulting from human activities. Geotourism can help protect and conserve this natural heritage. The aim of this research was to identify qualified information on the attractions of Itatiaia National Park, Brazil. The methods used were documentary research, and content analysis. From the results obtained, it can be concluded that the conservation unit does not offer relevant information on the geodiversity in its area on its website.

Keywords: Conservation Unit. Geotourism. Website. Environmental Interpretation.

1. INTRODUÇÃO

A crescente destruição da natureza pela humanidade está produzindo impactos catastróficos na vida da Terra (Pott & Estrela, 2017). Isto evidencia que é urgentemente necessária uma profunda mudança cultural e sistêmica. Situação no qual, até agora, a nossa civilização não conseguiu alcançar: uma transição para uma sociedade que reconheça que precisamos mais da natureza do que ela precisa de nós (*World Health Organization, 2021*).

Há uma outra ameaça silenciosa, que por sua vez, sem a devida atenção, levará à iminência da destruição da vida terrestre: o não reconhecimento da geodiversidade como elemento natural a ser protegido e conservado. Isso se deve, entre outros fatores, ao predomínio do entendimento da biodiversidade como única forma de natureza. Isso contribui para mascarar a destruição dos elementos geológicos (Gray, 2004; Gordon, 2019).

O turismo, através do geoturismo, pode ser mobilizado como instrumento de proteção e valorização do meio ambiente. É capaz de transformar os aspectos geológicos e geomorfológicos em atrativos turísticos. No contexto da geodiversidade, pode contribuir para a proteção e conservação desse patrimônio natural, desde que seja desenvolvido de forma

sustentável e responsável (Moreira, 2014). Defende-se que a interpretação ambiental tem um papel chave para a proteção e valorização para esta parte da natureza que tem sido preterida.

A internet e seus sites são um instrumento corriqueiro para adquirir uma gama ampliada de informações para viagens. Além disso, é um dos meios mais influentes no comportamento do turista. Os sites institucionais, como elementos informacionais, podem promover, dentro do contexto do turismo, informações relevantes e valorativas sobre os recursos naturais a fim de contribuir para sua interpretação ambiental (Tonini, Lavandoski, Pereira & Annoni, 2022).

É a partir dessas discussões que se procura analisar o site institucional¹. Tem-se como objetivo entender o uso social dos elementos abióticos pelo turismo. Para isso, averigua-se como é feita a oferta de informações turísticas do PNI e se elas contribuem para a prática do geoturismo na unidade de conservação. Parte-se do pressuposto do sítio eletrônico como documento. Através de sua inquirição qualitativa, é possível compreender o que a unidade de conservação considera importante a ser apresentado ao visitante e o papel dos elementos geológicos nesse contexto. Trata-se de uma pesquisa exploratória. Envolve referenciais conceituais e metodológicos interdisciplinares associados a análise qualitativa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Contexto: geodiversidade como parte da natureza preterida

A Terra é um sistema aberto integrado por componentes abióticos (geosfera, atmosfera e hidrosfera) e bióticos (biosfera). Esses elementos representam a diversidade natural do nosso planeta (Tukiainen, 2019). Assim, os termos geodiversidade e biodiversidade foram propostos para se referir a eles.

Existe uma estreita relação entre geodiversidade e biodiversidade. A evolução geológica de uma determinada área produziu a gama de feições geomorfológicas que compõem a paisagem, que por sua vez, representa uma variedade de habitats potencialmente domiciliados por diferentes tipos de organismos. Além disso, os componentes da geodiversidade fornecem recursos para as espécies como: energia, água, nutrientes e espaço (Parks & Mulligan, 2010).

Os serviços ecossistêmicos que beneficiam a humanidade não são apenas definidos pelos elementos bióticos de uma área. Estão relacionados e sustentados por caracteres abióticos, como rochas, minerais, solos, água, entre outros, os quais correspondem à geodiversidade. As inter-relações entre biodiversidade e geodiversidade permitem a manutenção deles, embora

¹ <https://parquedoitatiaia.tur.br>

nem sempre sejam reconhecidas. Os benefícios para os seres humanos produzidos pela geodiversidade, independente da interação com a natureza biótica, têm sido referidos como serviços geossistêmicos ou serviços ecossistêmicos abióticos (Gordon, 2019).

Como mencionado acima, a geodiversidade fornece serviços geossistêmicos, enquanto a biodiversidade, os ecossistêmicos. A geodiversidade tem a mesma fragilidade que a biodiversidade, porque é impactada por vários fatores como: a superexploração de rochas por operações de extração de pedras, destruição de geossítios pela expansão urbana, interferência na operação de processos naturais pela engenharia de margens de rios ou costas, erosão do solo derivada de práticas agrícolas insustentáveis, remodelação da topografia, entre outros. Assim, fica evidente que, como a biodiversidade, a geodiversidade também precisa ser preservada (Hjort, Gordon, Gra & Hunter, 2015).

Apesar de sua importância e risco de perda irreversível, a geodiversidade só surgiu recentemente nas discussões sobre preservação e conservação da natureza. Há quase 30 anos atrás, na esteira de uma convenção sobre diversidade biológica, os geocientistas alertaram sobre como determinados fenômenos naturais são frequentemente ameaçados pela perda ou degradação da geodiversidade resultantes das atividades humanas (Gray, 2022).

Dentro da perspectiva patrimonial, a geodiversidade também tem sido preterida. Há uma lacuna em relação às pesquisas científicas e no tratamento das instituições sobre a problemática. É observado que os órgãos e instituições responsáveis tratam o patrimônio natural abiótico de forma secundária, em alguns casos, marginalizada. (Scifoni, 2006).

Por sua vez, há iniciativas oriundas de instituições científicas, que trabalham o patrimônio tradicionalmente conhecido como “pedra e cal”, ou seja, o patrimônio cultural material, vinculadas ao patrimônio pétreo (Del Lama, 2021), que se aproxima do geoturismo. Há o entendimento de que enquanto os sítios do patrimônio geológico forem preservados, a geodiversidade será sustentada. O conceito de geossítio, pode ser definido, objetivamente, como locais que possuem elementos geológicos de interesse científico, histórico e cultural, acessível para visitas e estudos. Tal concepção é bastante usual e reconhecida internacionalmente (Ruban, 2010).

No Brasil, os problemas ambientais são diversos: “ocupação ilegal de terras públicas costuma ser acompanhada de desmatamento e outras formas de degradação ambiental” (Araújo, 2020, p. 7). O governo federal no período 2019-2022 se baseou em um modelo de política pública contrário a ecossistemas florestais brasileiros, aos povos originários e à sustentabilidade agrícola (Nascimento, Reis, Santos, Santiago & Silva, 2023). Entre 2012 e 2020, houve um aumento de quase 140% no desmatamento (Rajão, Schmitt, Nunes & Soares-Filho, 2021). Não

é só a região amazônica que vem sofrendo. Outros biomas do país, como o Cerrado e o Pantanal, estão sendo empurrados para o limite para dar lugar a plantações de soja e fazendas de gado, com uma taxa de desmatamento nunca vista durante quinze anos (Brasil, 2022). A mineração ilegal se expandiu significativamente em algumas regiões no país na última década (Asner & Tupayachi, 2016), havendo a intenção de se “aumentar em 50% a participação mineral no PIB brasileiro” (*World Wide Fund for Nature - WWF*, 2017, p. 2) e aumento de 42% dessas áreas em função da mineração (Fernandes, 2022). Essa expansão tem sido impulsionada pelo aumento dos preços dos metais nos mercados internacionais (Alvarez-Berríos & Aide, 2015). Especificamente, desde 2018, é acrescido a esta situação o amparo político governamental nacional (Solomon, 2020).

Embora existam esforços há décadas para proteger os geossítios, não há uma política pública no país consolidada relacionada à geodiversidade (Piranha, Del Lama & Bacci, 2011). Ao contrário das Reservas da Biosfera, que possuem regulamentação clara e explícita no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a Lei nº 9.985 (Brasil, 2000), a geodiversidade possui pouca regulamentação nacional para sua conservação e proteção (Munhoz & Lobo, 2018). No entanto, entidades de classe como a Sociedade Brasileira de Geologia (SBG) e a Associação Brasileira de Defesa do Patrimônio Geológico e Mineiro (AGeoBR) têm feito esforços para a criação desse espaço (Santos-Pinto, Nascimento, Kuhn, Guimarães & Rocha, 2021).

2.2 Turismo e suas Contribuições para Valorização da Geodiversidade a partir da Interpretação Ambiental

A atividade turística tem sido mobilizada como elemento de proteção e valorização da natureza. Isso é desenvolvido a partir da transformação simbólica dos recursos naturais em atrativos turísticos. Por sua vez, esses lugares, através de seus recursos informacionais, associados a interpretação ambiental, podem sensibilizar o visitante a fim de que ele compreenda a importância da conservação e preservação desses espaços.

A interpretação do patrimônio tem como objetivo tornar compreensível o patrimônio cultural (Kohler, 2020) e natural (Tilden, [1957] 2007) de uma determinada região ou comunidade para o público em geral. A interpretação patrimonial pode ser aplicada em diferentes contextos, como: museus, parques naturais, sítios arqueológicos, centros históricos, entre outros. Visa promover à sociedade a educação patrimonial e a conscientização sobre a sua

importância (Murta & Goodey, 2002). Quando se refere especificamente ao patrimônio natural, tem sido tratada pelo termo de interpretação ambiental.

No turismo, a principal tarefa da interpretação é a mediação entre o turista e a realidade visitada (Kohler, 2020), ou seja, procura-se desenvolver caminhos para que o visitante compreenda, aprecie e se envolva com as atrações turísticas e com o destino turístico em sua integridade. Dessa forma, a interpretação torna-se essencial para os atrativos geoturísticos no Brasil, visto a falta de entendimento dos turistas em relação aos aspectos geomorfológicos. Esse contexto está diretamente relacionado à invisibilidade, pelo senso comum, da sua necessidade de proteção (Brilha, 2009).

A relação entre os recursos informacionais e a interpretação do patrimônio está na dependência desta última com o primeiro. Interpretar é uma maneira de comunicação no qual são necessárias informações sobre o que será alvo (Murta & Goodey, 2002). Os recursos informacionais são fundamentais para a criação de uma experiência educativa e significativa para o público. Eles são utilizados na interpretação patrimonial para transmitir informações relevantes, destacar as suas características importantes, proporcionar uma visão geral e, ao mesmo tempo, aprofundada. Contribui também para que o público possa compreender o valor histórico, cultural e natural do lugar visitado. Além disso, auxiliam na criação de uma experiência envolvente e interativa, permitindo uma exploração mais ativa e participativa.

Para sua efetivação, é necessário o desenvolvimento de ações que permitam a comunicação de informações sobre o patrimônio de forma clara, objetiva e atraente. Para isso, deve-se utilizar diferentes meios como: exposições, visitas guiadas, materiais impressos, digitais, e outros canais transmissores de informação (Murta & Goodey, 2002).

Esses instrumentos, da mesma forma que promovem, individualmente ou em seu conjunto a interpretação, podem ser um obstáculo a ela quando não conseguem ser efetivos na transmissão e no teor das informações. Por isso, a necessidade de avaliar a forma e o conteúdo dos diferentes meios usados para interpretar a natureza. A análise deve procurar compreender a maneira como a informação é disponibilizada e os valores transmitidos ao visitante.

2.3 Interpretação e (geo)turismo

São variadas as formas de turismo que tem em seu âmago a ideia de valorização da natureza. O geoturismo surge nesse contexto. Tornou-se uma estratégia de proteção da geodiversidade a partir da valorização dos elementos abióticos para a prática turística.

Foi originalmente definido como:

Além disso, é considerado uma forma específica de interpretação ambiental que se concentra nas características geológicas e geomorfológicas de uma determinada área. Enquanto a interpretação ambiental, em geral, abrange uma variedade de elementos naturais e culturais, o geoturismo se dedica especificamente à interpretação e apreciação das características geológicas, como formações rochosas, paisagens, relevo e fenômenos geológicos únicos (Gray, 2004; Brilha, 2009; Moreira, 2014).

O segmento turístico em tela utiliza estratégias semelhantes às da interpretação museológica para comunicar informações geológicas ao público. No entanto, o geoturismo não se resume a fornecer informações geológicas. Procura-se despertar o interesse e a conexão emocional das pessoas com o ambiente geológico, incentivando assim a apreciação e a conservação desses recursos (Moreira, 2014). Portanto, ele é uma forma específica de interpretação ambiental voltada para as características geológicas. Ambos os conceitos supracitados compartilham a ideia central de promover a conscientização, compreensão e o cuidado com o ambiente natural; seja ele geológico ou não.

É por meio da interpretação que o geoturista compreenderá os valores da geodiversidade nos geossítios visitados. Referem-se às diferentes dimensões e importância das características geológicas e geomorfológicas de uma região. Assim como a biodiversidade é valorizada por sua variedade de espécies e ecossistemas, a geodiversidade é valorizada por suas formações rochosas, relevos, paisagens e processos geológicos únicos (Moreira, 2014). Esses valores podem ser de natureza científica, educacional, cultural, econômica e estética conforme proposto por Gray (2004).

2.4 Sites como Recurso Informacional para a Atividade Turística

A Internet é um caminho frequentemente utilizado na contemporaneidade, para adquirir uma gama ampliada de informações. Seu notável crescimento alterou profundamente a forma como a informação para o turismo é distribuída. Atualmente, é uma das tecnologias mais influentes no comportamento do turista devido à quantidade de conteúdos relevantes sobre os destinos disponíveis aos viajantes (Marujo, 2008). Permite que os clientes acessem fontes de informações turísticas sobre, acomodações, atrações, restaurantes, compras e muito mais, sem a necessidade de intermediários ou de ter que se deslocar ao local. Uma parte considerável delas é disseminada através dos sites (Tonini, Lavandoski, Pereira & Annoni, 2022).

As informações turísticas online são essenciais, pois são um instrumento importante para apoiar o processo de planejamento e a fruição da viagem. Atualmente, são fornecidas de

várias formas: sites institucionais governamentais (Montoro & Tomikawa, 2012), empresariais (Mariutti & Giraldi, 2012) e pessoais (Leung, Law, Van Hoof & Buhalis, 2013). Nota-se que paralelo a esse crescimento, houve o surgimento e aumento de pesquisas sobre avaliação de sites turísticos e respectivos fatores de sucesso (Tonini, Lavandoski, Pereira & Annoni, 2022). Dentro desta perspectiva, entende-se que os sites são recursos informacionais para a interpretação patrimonial na medida em que oferecem, de maneira interativa, informações sobre um destino ou atrativo turístico.

Um *website* turístico é um portal da internet que apresenta informações sobre destinos para a prática do turismo. As informações mais comuns versam sobre as atrações turísticas, hospedagem, transporte, gastronomia, eventos e festividades. É uma ferramenta essencial para viajantes que procuram planejar suas viagens, pois oferece uma visão geral das opções disponíveis para tornar sua viagem mais agradável e eficiente (Ladeiro, 2012).

Geralmente são criados e gerenciados por organizações de turismo locais ou nacionais, bem como por empresas privadas que prestam serviços turísticos. Eles podem incluir recursos como: guias turísticos, mapas interativos, comentários de viajantes e fóruns de discussão (Coutinho, Thomaz, & Sampaio, 2015). São projetados para fornecer informações precisas, atualizadas e confiáveis aos viajantes. Promovem destinos turísticos específicos e atraem mais visitantes para esses locais, mostrando-se uma ferramenta útil para planejar uma viagem, bem como para aprofundar a experiência no local visitado.

Os sítios virtuais, podem ser um recurso informacional bastante usual no mundo contemporâneo, inclusive para a prática do turismo. São capazes de fornecer mecanismos para interpretação dos lugares visitados. Em uma visão crítica, os *websites* poderiam fornecer os elementos para sensibilização sobre o patrimônio cultural e natural. Esta é a presente investigação: entender como é feita a oferta de informações turísticas do PNI, se contribui especificamente para a prática do geoturismo e sensibilização sobre a importância de proteção da geodiversidade.

2.5 Recursos Informacionais e Site Enquanto Documento

Os recursos informacionais são qualquer meio ou local onde as pessoas podem obter informações ou dados. As fontes de informação podem ser diversas e variar dependendo do contexto. Entende-se desta maneira que o conceito está diretamente relacionado à concepção de informação e sua veiculação a ideia de documento. A concepção de informação é variável a maneira pela qual é abordada. Dessa forma, pode ser agrupada em quatro grandes temáticas. A

primeira é a da computação, algoritmos e ciência de dados. A segunda sobre tecnologias e comunicação. A terceira na perspectiva da física e biologia. A quarta, dentro do viés das ciências sociais e humanidades. Focaremos na última. Esta está preocupada com a informação registrada em documentos, com significado e conhecimento. Está associada a disciplinas mais antigas como: história, arquivologia, biblioteconomia, arqueologia e antropologia (Bawden & Lyn, 2013).

Nesse universo de análise, a informação é compreendida como “coisa”, ou seja, um elemento material ou ação física percebida como repleta de significado. Nessa perspectiva, ela está associada a uma visão ampla de documento. Este, por sua vez, é compreendido como uma evidência que dá substância a uma afirmação sobre a realidade. Assim, compreende-se que a documentação é o veículo da informação. (Buckland, 1997).

3. METODOLOGIA

3.1 Materiais e Métodos

Alguns podem pensar que a abordagem documental estaria desatualizada agora que tudo está se tornando digital e reunido em um grande banco de dados. Pelo contrário, a era digital apresenta uma série de elementos a serem investigados dentro da perspectiva documental (Cecire, 2011). A realidade é que os documentos digitais não são menos físicos do que os impressos, mas seu tipo de fisicalidade é diferente. Dentro desta perspectiva, um site pode ser compreendido como documento.

Entretanto, conforme foi explicitado anteriormente, a ênfase da pesquisa documental agora é colocada na construção social do sentido e/ ou na percepção do espectador sobre o significado. Os documentos são, na verdade, o caráter probatório e indicial dos resultados encontrados. Isso deve ser visto à luz da tecnologia digital. O fato de estarem presentes dentro da virtualidade não os descaracteriza da perspectiva de documento, a ponto de ser necessária uma definição específica para tal (Buckland, 1997).

Para a realização da análise, buscou-se identificar a ideia de natureza transmitida pelo espaço e o lugar das respectivas informações geológicas nessa faceta. Seguiu-se a tradição de análise documental como descrita por Cellard (2008, p. 304), a fim de encontrar as respostas:

[...] o pesquisador desconstrói, tritura seu material à vontade; depois, procede, a uma reconstrução, com vista a responder ao seu questionamento. Para chegar a isso, ele

deve se empenhar em descobrir as ligações entre os fatos acumulados, entre os elementos de informação, que parece imediatamente, estranhos uns aos outros.

Conforme recomendação do autor supracitado, os sites foram lidos, relidos e analisados a partir do problema de pesquisa, com a finalidade de entender, a partir da apresentação de seus conteúdos, a relação natureza e geologia, no contexto do turismo. Para tanto, os conteúdos apreendidos foram apresentados a fim de deixar clara a lógica e o pensamento dos proponentes. Visto sua volatilidade enquanto documento digital, o texto apresenta certa dose descritiva, visto ser necessária para comprovar o que se pretende afirmar ou investigar.

3.2 Descrição da Área de Estudo

O maciço do Itatiaia é considerado um complexo ígneo de cerca de 10 milhões de anos, também moldado pelo intemperismo, compondo um relevo uniforme que diferencia sua paisagem (ICMBio, 2013). Os acontecimentos geológicos que levaram milhões de anos para se desenvolverem proporcionaram a paisagem montanhosa, com blocos rochosos arredondados fraturados, além de vales, picos pontiagudos e sulcados; onde se tem como símbolo emblemático o Pico das Agulhas Negras, ponto mais alto da UC. e quinto maior do país (Oliveira, Ferreira, Ribeiro, Souza & Richter, 2015).

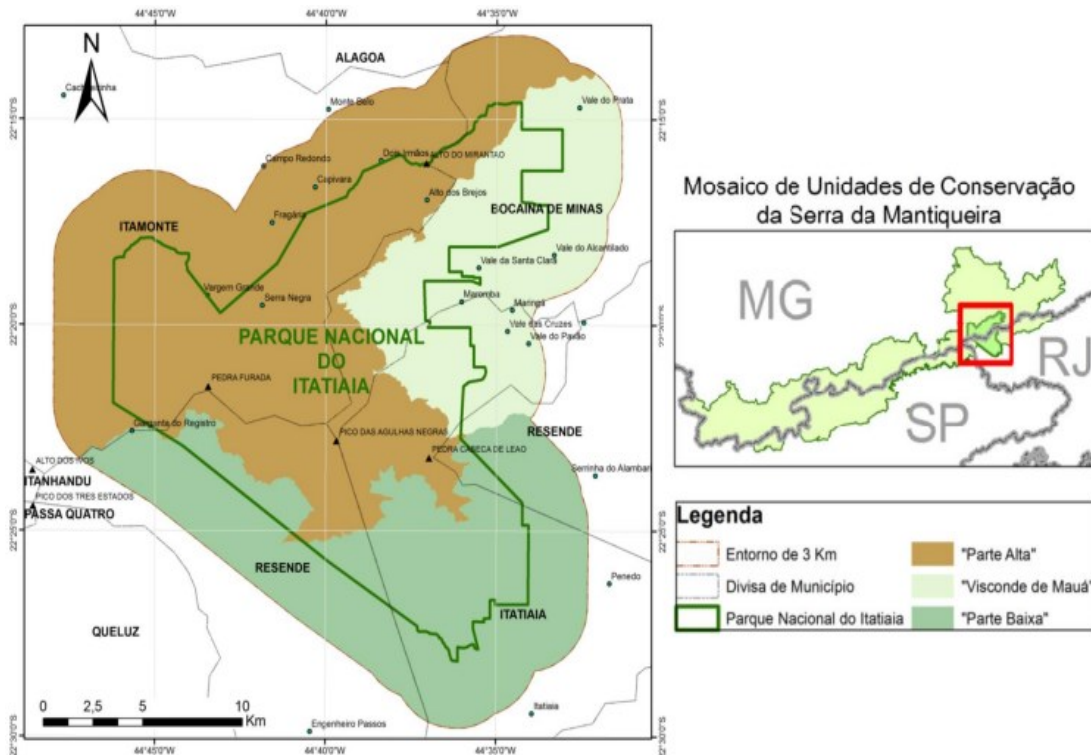
Essa conjunção é tão deslumbrante visualmente, que proporcionou o topônimo do lugar, do tupi *ita* (pedra) + *atiaia* (pontudo). Seus aspectos geológicos foram uma das motivações para a fundação do então Parque Nacional do Itatiaia. Foi a primeira unidade de conservação federal nessa categoria no Brasil, fundada em 1937 pelo presidente Getúlio Vargas (Barros, 2003)

Mucivuna, Garcia, Reynard e Rosa (2022, p. 252), inventariaram 17 geossítios do PNI, “que facilitaria e apoiaria a exploração de possibilidades de gestão que vão desde a conservação à educação”. A pesquisa citada identifica esses locais de valor geológico e sugere seu potencial para promover diferentes formas de uso sustentável para o turismo. Ao mapear esses geossítios, os autores indicam que os elementos geológicos podem apoiar a gestão ambiental do parque, com foco tanto na conservação quanto na educação ambiental.

O PNI está localizado na região Sudeste do Brasil. Especificamente, entre os Estados do Rio de Janeiro (RJ) e de Minas Gerais (MG) (Figura 2). Atualmente sua área, de cerca de 28 mil hectares, se estende por quatro municípios: Bocaina de Minas e Itamonte em MG, e Itatiaia e Resende no RJ (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2013).

Conforme a figura 2 a seguir, o PNI está dividido espacialmente, em três regiões: Parte Alta, Parte Baixa e Visconde de Mauá. Entretanto, na prática do turismo na unidade, o entendimento é da divisão apenas em “Baixa” e “Alta”. O entorno de 3km é uma zona de amortecimento. A divisão deve-se às características geográficas físicas relacionadas ao clima, vegetação, acesso topográfico e geomorfológico.

Figura 2: Mapa de localização e acesso do PNI



Fonte: Tomzhinski (2012).

Na parte alta, como o próprio nome sugere, é a região que fica próximo ao topo das montanhas da UC. É conhecida também como planalto. Nesta região é onde estão disponíveis a maior parte da geodiversidade do Parque. Possui temperatura menor do que a Parte Baixa. Em determinadas épocas do ano a temperatura chega a graus negativos com a ocorrência de formações de camadas de gelo na paisagem. A vegetação é aberta, pequena e seca, conhecida como “campos de altitude”². O acesso é limitado devido à qualidade da estrada, a ausência de

² Ela é típica de pontos elevados de montanhas acima de 1.500 metros de altitude. Encontra-se presente na região nos topos da Serra do Mar e da Mantiqueira. Normalmente estão associadas a formações rochosas de ígneas ou metamórficas, onde destacam-se o granito e o gnaisse. No Itatiaia, em especial, o nefelino-sienito. A vegetação é predominantemente marcada por plantas pequenas de raízes finas. É comum encontrar nessas áreas invernos frios, solo raso. São ecossistemas ricos em biodiversidade e geodiversidade. Prestam importantes serviços ecológicos relacionados à regulação do ciclo hidrológico (Vasconcellos, 2011).

infraestrutura, as intempéries da natureza e por conta das regras de funcionamento da unidade de conservação. O acesso pode ser feito pelos municípios de Resende (RJ), Itamonte (MG) e Bocaina de Minas (MG) (ICMBio, 2013).

A Parte Baixa está mais próxima da área urbana dos municípios do estado do Rio de Janeiro: Resende e Itatiaia. Seu acesso é feito exclusivamente pelo município de mesmo nome do Parque. O clima assemelha-se ao da região sul fluminense, não havendo formação de geleira. A vegetação é de mata atlântica tropical. Os elementos abióticos mais característicos do local são as cachoeiras. A região tem maior infraestrutura para acesso e permanência, possuindo serviços de hospedagem e alimentação nas proximidades. Conta também com um serviço de interpretação ambiental através do centro de visitantes. Esta infraestrutura está relacionada à ocupação inicial do local. De acordo com o Plano de Manejo do Parque, foi um dos primeiros núcleos urbanos da localidade antes de ser área de proteção ambiental.

Por se tratar de uma UC de proteção integral, as únicas atividades permitidas nesse território são as de uso indireto, ou seja, não podem envolver “consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais” (Brasil, 2000), estando sujeitas ainda às regras específicas do Parque. Dentre as possibilidades existentes, encontram-se as atividades de lazer e de turismo.

A visitação na UC é desenvolvida desde 2006 pela Coordenação de Uso Público, tem como objetivos principais o controle e monitoramento de conduta dos visitantes na área do Parque (ICMBio, 2013). Em 2019, a área de uso público foi concedida à iniciativa privada. Esse tipo de concessão tem sido promovido pelo governo federal sob o discurso de desoneração da máquina pública a partir de investimentos do setor privado. Está associado à promessa de suposta melhoria na qualidade dos serviços e experiência mais satisfatória aos visitantes. Nela, a gestão da UC permanece sob a tutela do ICMBio. A gestão sobre os visitantes passa a ser de responsabilidade da companhia vencedora da licitação (Almeida, Silva & Raimundo, 2023).

No PNI, o processo licitatório estabeleceu a empresa *Hope Recursos Humanos* como responsável pelos serviços de apoio à visitação. A concessionária é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que atende pelo nome fantasia BR Parques. Esse processo foi iniciado em 2019, com vigência de 25 anos, com um valor global do contrato estimado em R\$ 35 milhões de reais (Almeida, Silva & Raimundo, 2023). Pelo exposto, apresentar-se-ão os principais resultados da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pelos seus aspectos cênicos e geológicos intrínsecos relatados anteriormente, é desejável e esperado que o PNI use seu patrimônio geológico para sensibilizar o público sobre a preservação da geodiversidade e a função de salvaguarda das áreas protegidas. Para identificar o papel dos elementos geológicos na concepção da ideia de natureza mobilizada pelo PNI para a prática do turismo em seu território, buscou-se investigar um de seus endereços eletrônicos. Trataremos aqui no site “parquedoitatiaia.tur.br”. Esta página tem como autores, em seu rodapé, as seguintes instituições (da direita para esquerda): Parquetur, ICMBio, Ministério do Meio Ambiente, Governo Federal “Pátria Amada Brasil”. Pela ordem, acredita-se que o principal agente formulador desta página eletrônica seja a Parquetur.

A Parquetur se autodenomina como uma empresa brasileira privada que administra o uso público de parques naturais visando a educação ambiental, proteção e conservação da natureza. É gerida por um grupo de empresários, responsável pela administração desta e outras UCs: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Alto Paraíso de Goiás -GO) e Caminhos do Mar (São Bernardo do Campo – SP) (Almeida, Silva & Raimundo, 2023).

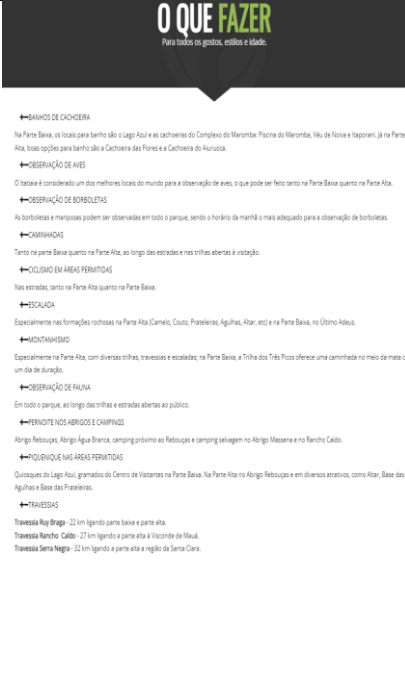
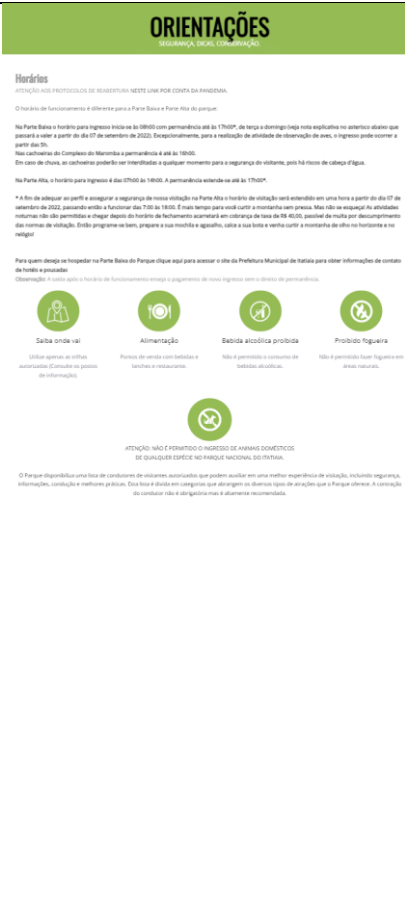
Procurou-se navegar pelo site a fim de entender a organização dos conteúdos e a utilização das categorias nativas para retratar a natureza, observando, especificamente, como os elementos geológicos são retratados. Entende-se por categoria nativa a forma pela qual um indivíduo ou grupo elabora um vocabulário específico de entendimento e racionalização da realidade (Gonçalves, 1996).


A partir do significado e usos desses conceitos feitos pelo objeto é possível compreender o que se estuda nos seus próprios termos, em uma perspectiva oposta a universalização da realidade como única forma de existência e compreensão do mundo. As categorias nativas são o conceito chave no qual a lógica de funcionamento e conteúdo do site estão subordinados.

Inicialmente, procurou-se sistematizar como se dá a organização dos conteúdos por meio das categorias nativas. Nesse sentido, observou-se que o site está dividido em 7 seções: Abertura (“*Home*”); Protocolo Covid 19; Atrativos; O que fazer; Orientações e, por último; Ingressos. Por sua vez, essas seções se desdobram em subseções, com o intuito de aprofundar as informações mencionadas anteriormente. Cada uma delas será abordada, na respectiva ordem em que surgem na página da web (Quadro 1). Os itens “Protocolo Covid 19” e “Contatos” não foram abordados.

Quadro 1 – Análise do site oficial do PNI.

| Website | Descrição | Recorte | Análise |
|-----------|--|---|--|
| Home | <p><i>Layout on page</i> típico de venda de produtos com menu inicial, quadro de aviso do tipo flash, informações associadas a imagens de atrativos do parque, com destaque para a venda de ingressos, com ênfase na geologia (Parte Alta) e hidrologia (Parte Baixa). Subseções “Como chegar” e “Mapa oficial do Itatiaia”. Na primeira é descrito o caminho, via transporte terrestre, para se chegar à UC, tendo como ponto de partida as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Na 2ª, com mapas oficiais georreferenciados e com orientação para linhas (trilhas e rodovias) e pontos (cachoeiras, poços, meios de hospedagem e formações rochosas).</p> |  | <p>Modelo que fornece informações de maneira rápida, sem sair do sítio (Nielsen & Loranger, 2006). As imagens também comunicam mensagens, principalmente no que se refere ao turismo (Oliveira, 2016). Informação do tipo imagem (paisagem) em primeiro plano e do tipo texto (interpretação) em segundo. Lógica sequencial para auxiliar o visitante a encontrar os lugares classificados como atrativos pelo PNI, que correspondem ao espaço natural, à paisagem.</p> |
| Atrativos | <p>Informações sobre os pontos que podem e devem ser conhecidos para quem visita a UC, subtítulo “Para passear e aventurar-se: atrativos, trilhas e travessias”. Os atrativos são apresentados a partir de seus nomes de reconhecimento popular e uma imagem, que funciona como identidade visual. Dos lugares que são considerados como atrativos do parque pelo website, tem-se: 5 trilhas (sendo 4 de trekking e 1 de hiking); 5 cachoeiras (sendo uma com piscina natural); 1 espaço museológico; 1 mirante; 4 formações geológicas; 2 áreas de hospedagem (1 camping e 1 abrigo); 1 trecho de rio (lago) e 1 monumento histórico (pedra de fundação). Totalizam-se em 20. Eles estão classificados, junto ao nome na divisão clássica territorial da UC (Parte Alta e Baixa), nível de dificuldade (fácil, moderada e difícil) e como travessias.</p> |  | <p>A frase parece revelar o direcionamento principal para a busca da natureza na unidade: alcançar a aventura. De acordo com Lavoura e Machado (2006) a aventura é uma experiência, que envolve a prática corporal que desperta no indivíduo sentimentos de medo, superação, adrenalina e alívio; em momentos variados, muitas vezes simultâneos. A busca por essa experiência na natureza tem crescido cada vez mais. Se tornou uma forma de lazer. Ao mesmo tempo, uma maneira de maior aproximação da natureza, pela perspectiva da diversão (Betrán, 2003). Os desenvolvedores do site parecem seguir a esta tendência associando os lugares do parque a essa experiência aventureira voltada para o lazer, ou seja, uma aproximação pelo turismo virtual, estimulando a visita in situ, mas possibilitando uma quebra do paradigma da mobilidade (Urry, 2005). É comum a construção de um produto a construção de imagens que faça o usuário remeter-se a um objeto ou lugar determinado. Associado a isso, a transformação dele como único. O que motivará o deslocamento temporário para a prática turística (Urry, 2001). O que nos faz pensar que, ao mesmo tempo que se quer ilustrar os atrativos, tenta-se propagandear-los através da criação de uma identidade individual: nome e imagem. Apesar do parágrafo técnico descritivo dos atrativos, não foram encontradas informações mais aprofundadas sobre os elementos abióticos dos atrativos, não incluindo, assim, publicações antigas e recentes a</p> |

| | | | |
|--------------------|---|---|---|
| | | | <p>respeito da geodiversidade do Parque. Observou-se, nesse caso, que não há nenhum atrativo que faça referência a fauna. A flora, assim como os aspectos geomorfológicos aparecem, não como atrativos em si, mas elementos que compõem a paisagem cênica.</p> |
| <p>O que fazer</p> | <p>Opções de ações relacionadas ao lazer em contato com a natureza que podem ser realizadas na UC como um todo</p> |  <p>O QUE FAZER Para todos os gostos, estilos e idade.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➡CAMINHADAS Na Parva Baixa, os locais para banho são o Lago Azul e as cachoeiras do Complexo da Maromba: Placina da Maromba, Vila de Noiva e Tapopini. Já na Parva Alta, boas opções para banho são a Cachoeira das Flores e Cachoeira do Aluruco. ➡OBSERVAÇÃO DE AVES O Itatiaia é considerado um dos melhores locais do mundo para a observação de aves, o que pode ser feito tanto na Parva Baixa quanto na Parva Alta. ➡OBSERVAÇÃO DE BORBOLETAS As borboletas e mariposas podem ser observadas em todo o parque, sendo o horário da manhã o mais adequado para a observação de borboletas. ➡CACHOEIRAS Tanto na Parva Baixa quanto na Parva Alta, ao longo das estradas e nas trilhas abertas à visitação. ➡OCULISMO EM ÁREAS PERMITIDAS Nas estradas, tanto na Parva Alta quanto na Parva Baixa. ➡ESCALADA Especialmente nas formações rochosas na Parva Alta (Camele, Couro, Prata, Agulhas, Alcar, etc.) e na Parva Baixa, no Último Aedus. ➡MONTANHESMO Especialmente na Parva Alta, com diversas trilhas, travessias e escaladas; na Parva Baixa, a Trilha dos Três Fios oferece uma caminhada no meio da mata com um dia de duração. ➡OBSERVAÇÃO DE FAUNA Em todo o parque, ao longo das trilhas e estradas abertas ao público. ➡PERNICOTE NOS ABRIGOS E CAMPINGS Abrijo Rebouças, Abrijo Água Branca, camping próximo ao Rebouças e camping selvagem no Abrijo Meleiro e no Rancho Caetés. ➡OBSERVAÇÃO DAS ÁREAS PERMITIDAS Quilômetros do Lago Azul, gramados do Centro de Visitantes na Parva Baixa, na Parva Alta no Abrijo Rebouças e em diversos pontos, como Alcar, Base das Agulhas e Base das Prata. ➡TRAVESSIAS Travessia Ray Bragg - 22 km ligando parva baixa e parva alta. Travessia Rancho Caetés - 27 km ligando a parva alta à Vizconde de Mauá. Travessia Serra Negra - 32 km ligando a parva alta a região da Santa Casa. | <p>A diversificação da demanda enquanto estratégia pode trazer impactos negativos, pois nem todo público (ou o overturismo) é condizente com os princípios de uma UC. Há uma ênfase no ecoturismo (observação de fauna) e no turismo de aventura (caminhada, ciclismo, escalada) e outros setores relacionados ao turismo (hospedagem, alimentos e bebidas). A interpretação patrimonial, assim como a contemplação da geomorfologia poderiam ser uma das atividades listadas. Mas infelizmente não constam. Importante ressaltar que não há menção para práticas relacionadas ao conhecimento sobre a natureza, turismo pedagógico ou científico. Importante destacar que há, no centro de visitantes, um equipamento museológico que trabalha com alguns elementos de interpretação e educação ambiental.</p> |
| <p>Orientações</p> | <p>Informações sobre a conduta ideal e segura na unidade, assim como os recursos humanos e estruturais disponíveis para o visitante durante a visita. No primeiro bloco temático há informações sobre os horários de funcionamento, restaurantes, valor dos ingressos, mapas (novamente) e a disponibilização de uma série de profissionais habilitados para o acompanhamento dos visitantes, chamado de “condutores”, no qual o PNI fortemente recomenda a contratação. No segundo, é disponibilizado as regras institucionalizadas do PNI e normas de comportamento sugeridas. As primeiras referem-se aos documentos normativos protocolados pela UC que definem procedimentos para os diversos tipos de usuários, grupos e empresas que venham a utilizar o espaço. É um conjunto extenso de regras que requer um nível de conhecimento contextual sobre a UC e expertise sobre áreas protegidas. O segundo, é uma orientação, sem caráter normativo e de aspecto mais generalizado, de como deveria ser o comportamento dentro de “ambientes naturais”, espaços com pouca ou</p> |  <p>ORIENTAÇÕES Atividade de Lazer, Conservação</p> <p>Horários ATIVIDADES PROTOCOLADAS DE SEGURANÇA NESTE LINK POR CONTA DA PANDEMIA.</p> <p>○ Horário de funcionamento diferenciado para a Parva Baixa e Parva Alta do parque.</p> <p>Na Parva Baixa o horário para ingressos inicia às 08h00 com parquinho até às 17h00, de terça a domingo (não inclui no anterior abrigos que podem ser usados a partir de 08h00 de segunda a sexta). Exceção: para a visitação de unidades de observação de aves, o ingresso pode ocorrer a partir das 06h.</p> <p>Nas cachoeiras do Complexo da Maromba a permanência é até às 18h00.</p> <p>Em caso de chuva, as cachoeiras poderão ser interditadas a qualquer momento para a segurança dos visitantes, pois há risco de queda de água.</p> <p>Na Parva Alta, o horário para ingressos é das 07h00 às 18h00. A permanência estende-se até às 17h00.</p> <p>* A fim de evitar ao perfil e assegurar a segurança de nossa visitação na Parva Alta o horário de visitação será estendido em uma hora a partir do dia 07 de setembro de 2022, passando então a funcionar das 7h00 às 18h00. É mais tempo para você curtir e aproveitar bem a visita. Mas não se esqueça: as atividades realizadas são de observação e chegar dentro do horário de fechamento quer que a observação de aves de 08h00, horário de início para desmontagem das normas de visitação. Então prepare-se bem, prepare a sua mochila e agasalho, calce a sua bota e tenha café e montaria de café no horizonte e no meio!</p> <p>Para quem deseja se hospedar na Parva Baixa do Parque clique aqui para acessar o site da Prefeitura Municipal de Itatiaia para obter informações de contato de hotéis e pousadas.</p> <p>Observação: o acesso pelo sistema de funcionamento segue o pagamento de nossa ingresso sem o direito de permanência.</p> <ul style="list-style-type: none"> Sabia onde vai Alimentação Bebida alcoólica proibida Proibido fumar <p>ATENÇÃO: NÃO É PERMITIDO O INGRESSO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS DE QUALQUER ESPÉCIE NO INTERIO DAS UNIDADES.</p> <p>○ Parque disponibiliza uma lista de restaurantes de visitantes, associado que podem auxiliar em uma melhor experiência de visitação, incluindo segurança, informações, conduta e melhores práticas. Esta lista é dividida em categorias que abrangem os diversos tipos de atrações que o Parque oferece. A construção do conteúdo não é obrigatória, mas é altamente recomendada.</p> | <p>Cabe mencionar que, em ambos os documentos, não foram encontradas pontuações no que se refere a conduta e preservação dos elementos geológicos. Neste sentido, Albach, Moreira, Baptista & Santos (2022) analisaram “geotags” (fotos etiquetadas com geolocalização) no Instagram de um atrativo geológico em Ponta Grossa (PR), a Pedra Grande, e associaram o aumento de postagens nos períodos de férias, em que parte dos comentários, os moradores do entorno da UC percebem insustentabilidade da visitação, por mau comportamento de parte dos visitantes. Assim, observa-se nos documentos que normatizam o PNI um foco sobre a fauna e flora, reforçando o que Meira, Nascimento e Silva (2018) observaram a pouca relação das UCs com a geodiversidade, embora a geologia seja bastante presente em grande parte dos “atrativos turísticos convencionais” brasileiros (Mantesso-Neto, Ruchkys & Nascimento, 2012).</p> |

| | | | |
|------------------|--|--|---|
| | <p>nenhuma antropomorfização. É um texto mais simples e de linguagem acessível.</p> | | |
| <p>Ingressos</p> | <p>Item interessante de ser observado porque é através dele que podemos entender o que dá direito ao acesso à UC, está objetivamente sendo comercializado. O usuário tem a opção “ingressos” em destaque no início da página inicial. Além disso, conta como uma das opções no menu e nas informações específicas dos pontos disponíveis como atrativos. Das três categorias de compra, há subdivisões: 1º -Escolha da quantidade de dias, que varia de 1 a 4 na maioria dos casos; 2º opcionais de compra, que se resumem a adquirir ou não estacionamento. Há uma exceção apenas em relação a Parte Alta. Nela, alguns atrativos apresentam restrições de horário e quantitativo de visitantes. Por isso, tem-se a opção nela de “reserva de atrativos”.</p> |  | <p>Quando o usuário clica na aba “atrativos”, há o direcionamento para a seção de compras. Isso evita que se erre no momento de comprar e, ao mesmo tempo, foca no processo da venda. Mas, ter uma listagem ou um pré-roteiro do que visitar em cada uma das partes de forma mais organizada poderia contribuir para que o usuário pudesse planejar sua visita de maneira a conhecer o maior número de atrativos existentes dentro das possibilidades que a compra proporciona. As imagens, como sabemos, são formas de expressar conteúdos e ideias (Urry, 2001). As escolhidas para as partes baixa e alta para venda de ingressos pode nos remeter não apenas a visão do parque sobre o que ele considera como o mais “atrativo”, mas também despertar um certo direcionamento para a escolha do que apreciar e visitar. Na parte baixa a coletânea possui nove imagens, dentre as quais seis exibem recursos hidrológicos (cachoeiras e leito de rio). A flora é um componente importante nessas imagens. Está presente em oito das nove fotografias. Todas elas ou possuem flora abundante, ou recursos hidrológicos em destaque ou ambos os elementos da paisagem. A única exceção é a referente ao Centro de Visitantes.</p> |

Fonte: dados da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geodiversidade é um componente importante do patrimônio natural e cultural de uma área protegida. Sua divulgação adequada pode contribuir significativamente para conhecimento e valorização desses recursos. O turismo, através do geoturismo, tem sido mais uma ferramenta para educação ambiental em relação a ela.

O geoturismo é um segmento do turismo que se concentra na valorização e apreciação da geodiversidade de uma determinada área. Ele envolve a interpretação e apreciação das características geológicas e geomorfológicas como: formações rochosas, paisagens, relevo e fenômenos geológicos únicos. Mais que fornecer informações geológicas aos visitantes, busca-se despertar a conexão das pessoas com o ambiente geológico e, por sua vez, com a natureza.

As fontes de informação desempenham um papel fundamental neste cenário. É através delas que é feita a interpretação do patrimônio geológico e mediação dos seus valores existentes

em uma área protegida. Desta forma, elas fornecem conhecimento que contribui para a valorização e proteção da geodiversidade. É a partir da oferta qualificada delas que se torna possível o desenvolvimento do geoturismo.

Diante deste quadro, foram identificadas as informações disponíveis de um dos sítios eletrônicos do Parque Nacional do Itatiaia a fim de se compreender se os conteúdos são relevantes para o geoturismo e, conseqüentemente, para a sensibilização sob o valor de sua existência dentro da unidade de conservação. Utilizou-se o site enquanto documento. Buscou-se as principais informações disponibilizadas e possíveis relações entre os temas da geodiversidade e geoturismo.

Com base nas informações fornecidas no documento, foi identificado que o site oficial do Parque Nacional do Itatiaia não oferece informações relevantes sobre a geodiversidade existente em sua circunscrição. A pesquisa constatou que o site não aborda adequadamente a geodiversidade, deixando lacunas nesse aspecto.

A falta de informações sobre a geodiversidade no site pode limitar a compreensão e apreciação dos visitantes em relação aos elementos geológicos e geomorfológicos presentes no Parque. Situação no qual torna-se um empecilho para o desenvolvimento pleno do geoturismo e, conseqüentemente, para a sensibilização de proteção desta parte da natureza.

Portanto, o site demonstra a necessidade de aprimorar a divulgação e interpretação dos elementos geológicos presentes na área, a fim de enriquecer a experiência dos visitantes e promover a conscientização de conservação desses recursos naturais.

A adoção do segmento do geoturismo como uma das vocações da unidade e atualização das informações no site poderiam contribuir para a mudança deste quadro. Sua realização teria a capacidade de transformar a maneira como a geodiversidade é percebida, valorizada e conservada, contribuindo para uma experiência turística mais enriquecedora e sustentável. Mudança esta que tem potencial para gerar um custo benefício positivo quando se coloca na balança os esforços e gastos para adequação de um sítio eletrônico institucional.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é fruto de parte dos resultados da dissertação de mestrado do primeiro autor, orientada pelo segundo autor. Os autores agradecem ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e ao Parque Nacional do Itatiaia pela concessão de autorização de pesquisa científica. O primeiro autor agradece ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - *Campus* Resende, e os autores agradecem e ao

Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio - PPGTURPATRI da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, todos pelo apoio. Os autores agradecem ainda aos editores e pareceristas da Revista Turismo Contemporâneo pelas sugestões para melhoria do artigo.

REFERÊNCIAS

- Albach, V.M., Moreira, J.C., Baptista, L., & Santos, E.F. (2022). A relação entre as geotags e a visitação em áreas naturais: estudo do atrativo Pedra Grande (PR). *Revista de Turismo Contemporâneo*, 10(3), 533-555. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2022v10n3ID27468>
- Almeida, I.C., Silva, G.G.L., & Raimundo, S. (2023). Qualidade na prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais: o caso da concessão no Parque Nacional do Itatiaia. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 16(3), 165-188. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/15151/10750>
- Alvarez-Berrios N.L., Aide, T.M. (2015). Global demand for gold is another threat for tropical forests. *Environ Res. Lett*, 10 (1), 014006. <http://doi.org/10.1088/1748-9326/10/1/014006>
- Asner G.P., & Tupayachi, R. (2016). Accelerated losses of protected forests from gold mining in the Peruvian Amazon. *Environ Res. Lett*, 12(1), 094004. <http://doi.org/10.1088/1748-9326/aa7dab>
- Araújo, S.M.V.G. (2020). Environmental Policy in the Bolsonaro Government: The Response of Environmentalists in the Legislative Arena. *Brazilian Political Science Review*, 14(2), e0005. <https://doi.org/10.1590/1981-3821202000020005>
- Arouca. (2011). *Declaração de Arouca*. Recuperado de https://www.azoresgeopark.com/media/docs/declaracao_de_arouca_geoturismo.pdf
- Barros, M.I.A. (2003). *Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia*. (Dissertação de Mestrado), São Paulo, Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-23092003-140646/publico/maria.pdf>
- Bawden, D. & Lyn, R. (2013). *Introduction to information science*. Chicago, Neal-Schuman.
- Betrán, J. (2003). Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza (1 ed., pp.157-202). In: Marinho, A., & Bruhns, H. T (Org.). *Turismo, lazer e natureza*. São Paulo, Manole.
- Brasil. Lei federal n.º 9985, de 18 de julho de 2000 (2000). Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm
- Brilha, J.B.R. (2009). A Importância dos Geoparques no ensino e divulgação das Geociências. *Revista do Instituto de Geociências*, 5, 27-33. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9087.v5i0p27-33>

- Buckland, M.K. (1997). What is a Digital document. *Journal of the American Society for Information Science*, 48(9), 804-809. Recuperado de <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/what-is-a-digital-document.pdf>
- Cecire, N. (2011). Introduction: theory and the virtues of digital Humanities. *Journal of Digital Humanities*, 1(1), 44-53. Recuperado de <https://journalofdigitalhumanities.org/1-1/introduction-theory-and-the-virtues-of-digital-humanities-by-natalia-cecire/>
- Cellard, A. (2012). Análise documental. In: Poupart J. et al. (Org.). *Metodologia de pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (1 ed., pp.295-316). Petrópolis, RJ, Vozes.
- Coutinho, G.C.T.P., Thomaz, G.M., & Sampaio, C.A.C. (2015). Turismo comunitário e internet: análise dos sites das experiências no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, 15(1), 35- 51. Recuperado de <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/932/422>
- Del Lama, E.A. (2021). O uso da pedra. In: Del Lama, E.A (Org.). *Patrimônio em Pedra*. São Paulo, USP.
- Fernandes, R.M.S. (2022). A política mineral do governo Bolsonaro para a Amazônia Legal: Um balanço a partir dos processos minerários ativos. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, 4(2): 149-172. <https://doi.org/10.48075/amb.v4i2.29781>
- Gonçalves, R. (1996). A obsessão pela cultura. In: Moreira, M.P.M.E. (Org.) *Cultura. Substantivo Plural* (1 ed., pp.159-175). Rio de Janeiro, CCBB/ Editora 34.
- Gordon, J.E. (2019). Geoconservation principles and protected area management. *International Journal of Geoheritage and Parks*, 7(1), 199-210. <https://doi.org/10.1016/j.ijgeop.2019.12.005>
- Gray, M. (2004). *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*. Chichester, John Wiley & Sons Ltd. Recuperado de <https://www.wiley.com/en-us/Geodiversity:+Valuing+and+Conserving+Abiotic+Nature,+2nd+Edition-p-9780470742150>
- _____. (2022). Some observations and reflections on geodiversity, the oft-forgotten half of nature. *Geological Society, Special Publications*, 530, 13-29. <https://doi.org/10.1144/SP530-2022-100>
- Hjort, J., Gordon, J.E., Gray, M., & Hunter, M.L. (2015). Why geodiversity matters in valuing nature's stage. *Conservation Biology*, 29, 630-639. <https://doi.org/10.1111/cobi.12510>
- Hose, T.A. (1995). Selling the Story of Britain's Stone. *Environmental Interpretation*, 10, 2.
- ICMBio (2013). *Plano de Manejo: Parque Nacional do Itatiaia*. Brasília, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Recuperado de https://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=3
- Kohler, A.F. (2020). Interpretação do patrimônio para o turismo cultural: diretrizes básicas, meios e técnicas. *Turismo e Sociedade*, 13(1), 43-64. <http://doi.org/10.5380/ts.v13i1.69105>

- Ladeiro, M.M.L. (2012). *A eficácia dos sites turísticos*. Estudo de caso: Lisboa e os principais concorrentes. (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril, Portugal. Recuperado de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4459/1/2012.04.022_.pdf
- Lavoura, T.N., & Machado, A.A. (2006). Esporte de aventura de rendimento e estados emocionais: relações entre ansiedade, autoconfiança e auto-eficácia. *Motriz*, 12(2), 143-148. Recuperado de <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/98/128>
- Leung, D., Law, R., Van Hoof, H., & Buhalis, D. (2013). Social media in tourism and hospitality: a literature review. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 30(1-2), 3-22. <https://doi.org/10.1080/10548408.2013.750919>
- Mantesso-Neto, V., Mansur, K., Ruchkys, U., & Nascimento, M.A.L. (2012). O que há de geológico nos atrativos turísticos convencionais no Brasil. *Anuário do Instituto de Geociências*, 35(1), 49-57. Recuperado de http://www.anuario.igeo.ufrj.br/2012_1/2012_1_49_57.pdf
- Mariutti, F.G., & Giraldi, J.D.M.E. (2012). Fundamentos da Marca Brasil: uma análise da comunicação virtual em websites de agências de turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, 12(1), 60-77. Recuperado de <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/635/314>
- Marujo, M.N.N.V. (2008). A Internet como novo meio de comunicação para os destinos turísticos: o caso da Ilha da Madeira. *Turismo em Análise*, 19(1), 25-42. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v19i1p25-42>
- Meira, S.A., Nascimento, M.A.L., & Silva, E.V. (2018). Unidades de conservação e geodiversidade: uma breve discussão. *Terr@ Plural*, 12(2), 166-187. Recuperado de <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/11120/pdf>
- Montoro, T.S., & Tomikawa, J.M (2012). Publicidade e imagem de destino: sites oficiais de turismo dos estados brasileiros. *Esferas*, 1(1), 139-147. Recuperado de <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/2961/2168>
- Moreira, J.C. (2014). *Geoturismo e interpretação ambiental*. Ponta Grossa/PR, Editora UEPG. Recuperado de <https://books.scielo.org/id/v4ddr>
- Mucivuna, V.C., Garcia, M.G.M., Reynard, E., & Rosa, P.A.S. (2022). Integrating geoheritage into the management of protected areas: a case study of the Itatiaia National Park, Brazil. *International Journal of Geoheritage and Parks*, 10(2), 252-272. <https://doi.org/10.1016/j.ijgeop.2022.04.004>
- Munhoz, E.A.P., & Lobo, H.A.S. (2018). Proteção e conservação da geodiversidade na legislação brasileira. *Geonomos*, 26(1), 21-30. <https://doi.org/10.18285/geonomos.v26i1.1236>
- Murta, S.M., & Goodey, B. (2002). Intepretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: Murta, S.M., & Albano, C. (Org.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar* (v. 1, Ed. 1. pp.13-46). Belo Horizonte, Ed. UFMG/Território Brasilis.

- Nascimento, R.K.O., Reis, G.deA.B., Santos, M.H.P. dos, Santiago, A.M.dosS., & Silva, B.C. (2023). Crimes Ambientais Durante o Governo Bolsonaro 2018-2022. *ID Online - Revista de Psicologia*, 17(66), 423-442. <http://dx.doi.org/10.14295/idonline.v17i66.3786>
- Nascimento, M.A.L., Ruchkys, U.A., & Mantesso-Neto, V. (2008). *Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico*. São Paulo, SBG. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/sn/a/XQK8b4fZ8kxmTBGBkNYF4WB/>
- Newsome, D., & Dowling, R.K. (2010) *Geotourism: the tourism of geology and landscape*. Oxford, Goodfellow Publishers.
- Nielsen, J., & Loranger, H. (2006). *Prioritizing web Usability*. Nova York, Camille Peri.
- Oliveira, C.K.R. (2016). *Proposta de classificação de relevância de quedas d'água como subsídio à conservação* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, UFMG. Recuperado de https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/IGCC-AYEHXB/1/disserta_o_carm_lia_kerolly_ramos_de_oliveira_2016.pdf
- Oliveira, M.P., Ferreira, E., Ribeiro, M., Souza, J., & Richter, M. (2015). Perfil, percepção e opinião dos visitantes do Parque Nacional do Itatiaia (RJ) em períodos de maior demanda. *Revista Eletrônica de Uso Público em Unidades de Conservação*, 3(6), 86-96. Recuperado de https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28774/16702
- Parks, K.E., & Mulligan, M. (2010). On the relationship between a resource-based measure of geodiversity and broad scale biodiversity patterns. *Biodiversity and Conservation*, 19, 2751-2766. <https://doi.org/10.1007/s10531-010-9876-z>
- Parquetur (2023). *Parque Nacional do Itatiaia*. Recuperado de <https://parquedoitatiaia.tur.br/>
- Piranha, J.M., Del Lama, E.A., & Bacci, D.D.L.C. (2011). Geoparques no Brasil – estratégia de geoconservação e desenvolvimento. *Geoheritage*, 3(4), 289-298. <http://doi.org/10.1007/s12371-011-0043-z>
- Pott, C.M., & Estrela, C.C. (2017). Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. *Estudos Avançados*, 31(89): 271-283. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890021>
- Rajão, R., Schmitt, J., Nunes, F., & Soares-Filho, B. (2021). Dicotomia da impunidade do desmatamento ilegal. Policy brief, 1-12. Recuperado de http://www.lagesa.org/wp-content/uploads/documents/Rajao_Schmitt-et-al_Julgamentos-IBAMA_Dicotomia.pdf
- Rocha, D.U. (2023). *Na trilha, em busca da geodiversidade: identificação dos recursos informacionais para a interpretação do Patrimônio Geológico no Parque Nacional do Itatiaia - RJ* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil.
- Ruban, D.A. (2010). Quantification of geodiversity and its loss. *Proceedings of the Geologists Association*, 121, 326-333. <https://doi.org/10.1016/j.pgeola.2010.07.002>

- Santos-Pinto, M., Nascimento, M.A.L., Kuhn, C.E.S., Guimarães, G.B., Rocha A.D. (2020). A atuação da Comissão de Geoparques da Sociedade Brasileira de Geologia, de 2018 a 2020. *Journal of the Geological Survey of Brazil*, 4(1), 21-28. <https://doi.org/10.29396/jgsb.2021.v4.SI1.7>
- Scifoni, S. (2006). *A construção do patrimônio natural* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27122006-104748/publico/TeseSimoneScifoni.pdf>
- Solomon, M. (2020). *A corrida do ouro na Amazônia*. [s.l.]: Instituto Escolhas.
- Tilden, F. [1957] 2007. *Interpreting our Heritage*. 4a ed. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- Tomzhinski, G.W. (2012). *Análise Geoecológica dos Incêndios Florestais no Parque Nacional do Itatiaia* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de https://dataserver-coids.inpe.br/queimadas/queimadas/Publicacoes-Impacto/material3os/2012_Tomzhinski_AnaliseGeoecologicaIncendiosItatiaia_MSc_UF RJ_DE3os.pdf
- Tonini, H., Lavandoski, J., Pereira, G.O., & Annoni, A.L.R. (2022). Avaliação de Websites de Regiões de Enoturismo: casos brasileiros e internacionais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16(1), e-2684. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2684>
- Tukiainen, H. (2019). Multi-scale relationship between geodiversity and biodiversity across high-latitude environments: implications for nature conservation. *Nordia Geographical Publications*, 48(1), 1-54. Recuperado de <https://nordia.journal.fi/article/view/80477/41032>
- Urry, J. (2001). *O olhar do turista*. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo, Studio Nobel.
- Vasconcelos, M.F. (2011). A instituição considera que suas definições e categorias de áreas protegidas são um recurso oficial do mundo para os gestores de áreas protegidas. *Revista Brasileira de Botânica*, 34(2), 241-246.
- WHO (2021). *Nature, Biodiversity and Health: an overview of interconnections*. Exeter, University of Exeter/WHO.
- WWF. (2017). *Mineração e áreas protegidas: cenários e perspectivas*. Recuperado de https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/mineracao_e_areas_protegidas_baixa_pdf.pdf

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

Rocha, D. U., & Fonseca Filho, R. E. 2024. Interpretar como? Em busca da informação (geo)turística no Site do Parque Nacional do Itatiaia. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 12(3), 493-516. DOI 10.21680/2357-8211.2024v12n3ID33881
